



*Conselho Nacional de Justiça*

CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS  
PROCESSO Nº: 20071000001131-0  
RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR  
REQUERENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - TJDF  
REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
ASSUNTO: CONVERSÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA - MAGISTRADOS

**CONSULTA. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE FÉRIAS DE MAGISTRADOS ATIVOS NÃO GOZADAS. 1. NATUREZA HIGIÊNICA DO INSTITUTO DAS FÉRIAS. PRIORIDADE DE FRUIÇÃO. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.** As férias justificam-se pela necessidade fisiológica e psicológica de um período prolongado de repouso para os exercentes de atividade contínua. Neste contexto as férias dos magistrados atendem tanto ao interesse individual quanto ao interesse da Administração da Justiça e à própria sociedade que necessitam de agentes públicos em pleno gozo de saúde física e mental para o satisfatório desempenho das atividades jurisdicionais. Por tal razão, a regra legal proibitiva de acúmulo de mais de dois períodos de férias dos magistrados volta-se à direção dos tribunais que haverá de assegurar a fruição periódica e sem retardamento dos períodos de férias adquiridos. **2. CONVERSÃO EM PECÚNIA DO DIREITO ÀS FÉRIAS. EXCEPCIONALIDADE EXCLUSIVAMENTE POR IMPERIOSA NECESSIDADE DO SERVIÇO. LICITUDE.** Desde que caracterizada a absoluta impossibilidade material de fruição exclusivamente por necessidade imperiosa de continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais e havendo disponibilidade financeira e orçamentária, é regular a indenização pecuniária, em caráter excepcionalíssimo, das férias dos magistrados que não puderem ser fruídas até o momento em que, por qualquer razão, deixe de pertencer ao quadro de magistrados ativos. Abusos na conversão pecuniária das



## *Conselho Nacional de Justiça*

férias de magistrados sujeitam as autoridades ordenadoras das respectivas despesas à responsabilidade civil, administrativa e penal, conforme o caso. Consulta conhecida e respondida, quanto à primeira indagação, negativamente e, em termos, favoravelmente às demais indagações formuladas.

### **(I) RELATÓRIO**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - TJDF**, pela voz de seu Presidente, encaminha consulta em torno da possibilidade de conversão em pecúnia de férias de magistrados, quando impossível a sua fruição.

Em se tratando de mera consulta fundada na dúvida entre a observância da jurisprudência recente do CNJ e a revogação da Resolução nº 25/2006, que autorizava a mencionada conversão, e considerando ser desnecessária qualquer dilação probatória, solicitei a imediata inclusão do feito em pauta.

Após a prolação do voto, respondendo negativamente à primeira indagação e positivamente às demais indagações, houve sucessivos pedido de vista e apresentação de declarações de voto divergentes e convergentes.

O Conselheiro **JOSÉ ADONIS** divergiu parcialmente de meu entendimento. Para o ilustre Conselheiro:

- A revogação da Resolução nº 25/2006/CNJ traduz mudança de orientação do Conselho quanto ao direito dos magistrados à conversão;
- O tema não se situa no campo da licitude, mas da legalidade. Benefícios são apenas aqueles expressamente previstos na legislação;
- Conversão significa negar a necessidade do benefício na extensão da lei (Lei Complementar nº 35/79, art. 66), fortalecendo o argumento favorável à redução das férias dos magistrados.

Manifestou-se o conselheiro no sentido de responder



## *Conselho Nacional de Justiça*

**negativamente** às três indagações formuladas na consulta, acompanhando-me apenas quanto à primeira resposta dada no voto original.

Em sessão subsequente, pediu vista o Conselheiro **JOAQUIM FALCÃO** que também expressiu sua voz divergente. Analisou primeiramente a questão da necessidade e conveniência do CNJ conhecer de pedidos de consulta, em razão da inexistência de previsão regimental expressa.

Também questionou, preliminarmente, a natureza vinculativa da eventual resposta do Conselho nestes casos e os sujeitos que estarão vinculados. Sendo a resposta decorrente de decisão monocrática - relembra o conselheiro o debate realizado pelo Plenário - ela deverá vincular estritamente as partes do processo. Sendo a resposta proveniente do Plenário, terá caráter geral, abstrato, vinculante e exigível, seja ela permissiva ou impositiva. Lembra que meu voto se deu em sentido permissivo (pagamento das férias em dinheiro NÃO se impõe, se faculta). Entretanto, a Administração Pública tem seus atos vinculados, não tem liberdade de agir; seus poderes são *poder-dever*. Dizer que pode fazer é dizer que deve fazer. o CNJ estará afirmando, através de uma resposta-norma, que é esse pagamento é legal.

Lembrou que consultas são muito mais instrumentos de administrar que de julgar: "transformar sempre em questões de legalidade o que no fundo é apenas opção administrativa é um risco, *data vêniam*, a evitar", assinalou o experiente Conselheiro.

Entendeu que a Resolução nº 25/2006/CNJ havia sido revogada por três razões:

a) "porque permitia o pagamento a magistrados de valores além dos limites taxativos da LOMAN e, por não ser suficientemente clara, sem nenhum estudo financeiro que lhe sustentasse, teria provocado uma demanda excessiva por pagamento por parte dos magistrados que prefeririam receber parte de seus sessenta dias de férias em dinheiro";

b) pela propositura de ação direta de inconstitucionalidade contra a Resolução do CNJ por estar o Conselho legislando em matéria sobre a qual não teria competência, matéria restrita à Lei Federal, e porque, para o Poder Público, tudo que não está permitido está proibido. A



## *Conselho Nacional de Justiça*

Resolução criaria benefícios que a LOMAN, sendo taxativa, não permitiria, e

c) porque a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é absolutamente clara e contrária ao que determinou a resolução.

Por fim, aproveitou o Conselheiro para contextualizar a questão no cenário político nacional, fazendo referência a diferentes projetos de lei, em especial o do Senador **EDUARDO SUPLICY**, que visam a reduzir de 60 para 30 dias a duração das férias anuais dos magistrados. Conclui não ser prudente que o CNJ assuma tamanha modificação da sistemática das férias dos magistrados por meio de uma resposta a uma consulta. Ao final, conhece parcialmente do pedido de consulta, acompanhando meu voto em relação ao primeiro item da consulta e não conhecendo quanto aos demais. Quanto ao mérito, acompanhou a divergência iniciada pelo Conselheiro **JOSÉ ADONIS**.

Em seguida, proferiu seu voto o Conselheiro **JOÃO ORESTE DALAZEN**, acompanhando, inteiramente, o voto divergente inaugural.

Cabe também assinalar que o tribunal requerente, enquanto pendia pedido de vista regimental do Conselheiro **MAIRAN MAIA**, pretendeu desistir do objeto da consulta (REQAVU54), mas o Plenário, por maioria, não admitiu tal recuo àquela altura do julgamento (CERT57).

O Conselheiro **MAIRAN MAIA** acompanhou o Relator apenas na resposta dada à primeira das indagações compositoras da presente consulta.

Quanto às demais perguntas, inicia relembrando os precedentes do Conselho sobre a matéria, agregando, aos aqui salientados, a convergente decisão proferida no PP 546 (Rel. **PAULO SCHMIDT**). Acrescenta a existência de precedente do STF desfavorável à tese do voto condutor do Relator (AO 499, Rel. **MAURÍCIO CORRÊA**) e termina enfatizando "que a proibição de acúmulo de férias que a LOMAN prevê é o modo de forçar o Tribunal a conceder as necessárias férias ao Juiz e, desta forma, protegê-lo de indevidas arbitrariedades. Incumbe na verdade aos Tribunais possibilitar ao magistrado a fruição de suas férias, sem impor ao Juiz o ônus de solver o problema de excesso de processos".



## *Conselho Nacional de Justiça*

O Conselheiro **ALTINO PEDROZO**, por seu turno, alinhou-se à divergência, em declaração de voto escrita, mas, na esteira do que também sustentou o Conselheiro **MAIRAN MAIA**, entendeu como juridicamente viável a concessão de férias acumuladas além do limite legal expresso na LOMAN por não se poder lesar o magistrado em virtude de dificuldades da Administração Pública de cumprir a lei.

Acompanharam este Relator os Conselheiros **FELIPE LOCKE**, **PAULO LÔBO**, que proferiram votos orais, e **RUI STOCO**, que ofereceu voto escrito em que, em síntese, defende a indenizabilidade das férias quando, por necessidade de serviço, se torne impossível seu gozo. Ainda não votaram nem declararam voto os Conselheiros **ÁSFOR ROCHA**, **ANDRÉA PACHÁ**, **JORGE MAURIQUE** e **MARCELO NOBRE**.

A audiência das diversas manifestações dos ilustres Conselheiros já votantes conduziu-me à nova reflexão e daí a reformulação do meu voto, procurando sintetizar e conciliar as preocupações das posições antagônicas externadas.

## **(II) FUNDAMENTAÇÃO**

### **1. Conhecimento**

A temática versada nesta consulta alcança a magistratura nacional como um todo, tendo contribuído para um estado de certa perplexidade e insegurança algumas decisões deste Conselho que chegou a regulamentar a matéria em diversas resoluções (Resoluções nºs 13/2006, art. 8º, I, alínea e, 23/2006 e 25/2006), depois revogou as resoluções atinentes ao tema em dezembro/2006 (Resolução nº 27/2006) e, em aparente consonância com as normas revogadas, reafirmou o direito à conversão pecuniária das férias posteriormente à edição da resolução revocatória, ao convalidar ato de pagamento indenizado de férias de magistrado aposentado (PP 958, **CLÁUDIO GODOY**, j. 9.5.2007).

Doutro lado, grassavam dúvidas quanto à situação dos juízes aposentados com férias não gozadas e quanto à perda do próprio direito de gozo na ocorrência de acúmulo de férias além de dois períodos de trinta dias, em alusão ao alcance hermenêutico da regra estatuida no art. 67, § 1º, da LOMAN.



## Conselho Nacional de Justiça

Tal estado de confusão em torno da matéria anima e impõe o conhecimento desta consulta, de objeto transcendental aos interesses localizados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dela **conheço**.

### 2. Mérito

São formuladas ao Conselho as seguintes indagações:

- Magistrados que requereram a conversão de férias à luz da Resolução n. 25/2006/CNJ e perceberam os valores pertinentes estão sujeitos à devolução das quantias?
- Magistrados que requereram a conversão de férias em pecúnia à luz da Resolução n. 25/2006/CNJ e que não perceberam os valores, dada a revogação operada pela Resolução n. 27/2006/CNJ, fazem jus ao recebimento das referidas quantias?
- Magistrados que não postularam a conversão de férias, mas que possuem, atestadamente, férias não gozadas por necessidade de serviço, fazem jus à conversão, embora não mais prevista na resolução do CNJ?

Antes de adentrar nos questionamentos específicos, mostra-se-me útil uma breve recapitulação da questão alusiva à conversibilidade em pecúnia das férias dos magistrados não gozadas, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

O precedente que marcou a jurisprudência deste Conselho foi, indubitavelmente, o resultante do julgamento do PP 759, onde o Conselho resolveu *"conhecer da consulta e, por maioria, respondê-la no sentido de reconhecer aos magistrados o direito à conversão, em pecúnia, das férias não usufruídas – proporcionais ou integrais – com 1/3. quando da aposentadoria ou quando acumulados mais de dois meses no interesse do serviço, calculada com base na remuneração ou subsídio do mês de pagamento, sem a incidência de imposto de renda, em face da sua natureza indenizatória, nos termos do voto médio proferido pelo Conselheiro Relator Paulo Schmidt"* (conf. Certidão de Julgamento realizado em 26.9.2006, disponível no sítio [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

Em seu voto, consignou o Relator, Conselheiro **PAULO SCHMIDT**, que a imprevisão de indenização de férias não gozadas no texto da LOMAN não significava que se a considerasse ilícita, fosse **(i)** porque o elenco taxativo das vantagens dos magistrados (Lei Complementar nº 35/79, art. 65) não inibia a existência de reparações, de natureza evidentemente indenizatória, fosse **(ii)** porque a garantia de tal conversão em pecúnia acabava por evitar o abominável enriquecimento sem causa a favor da Administração dos tribunais e em detrimento do magistrado sacrificado, ou seja, ainda que movida por



## *Conselho Nacional de Justiça*

altíssimo interesse público, a Administração imolaria direito subjetivo insuprimível dos magistrados.

O raciocínio desenvolvido pelo então Relator e acolhido pela maioria em Plenário pode ser assim resumido: desde que frustrada a fruição das férias por imperiosa necessidade da continuidade dos serviços jurisdicionais e desde que inexistentes limitações orçamentárias, estaria no juízo discricionário da Administração de cada tribunal postergar o período de gozo para momento mais oportuno ou, sendo remota a perspectiva de gozo, indenizá-las.

Como argutamente indicou o ora consulente, a orientação foi, inclusive, reiterada na apreciação plenária do PP 958, ocorrida em maio/2007, portanto após a revogação da resolução autorizadora da indenização das férias não gozadas.

A primeira pergunta que fica no ar e nas entrelinhas da consulta formulada é: o CNJ, ao editar e, em seguida, revogar a Resolução nº 25, que regulamentava a matéria, refluíu da posição fixada no referido PP 759?

Embora sem procuração dos componentes da composição anterior, o estudo da jurisprudência do Conselho após o PP 759 permite que se responda negativamente à pergunta.

Não houve nenhum julgamento posterior para propiciar revisão de entendimento. O Colegiado, simplesmente, refluíu na constatação da necessidade de regulamentar a matéria por resolução, deixando ao alvitre de cada tribunal, dentro de sua autonomia administrativa e financeira e do elevado senso de responsabilidade de seus dirigentes, sujeitos a múltiplos mecanismos de controle (inclusive por este Conselho), gerir a questão das férias acumuladas de seus juízes da maneira que reputar mais adequada. A percepção do áudio da sessão em que se deliberou pela revogação da aludida resolução confirma-o: propôs-se simplesmente a revogação, sem lastro em qualquer novo processo sob a atenção do Conselho.

É importante, ainda, frisar que a revogada resolução cogitava de uma presunção absoluta de direito à conversão das férias acumuladas em pecúnia até a data de sua publicação, independentemente da efetiva verificação da necessidade imperiosa do serviço (Resolução nº 25/2006, art. 1º, parágrafo





## *Conselho Nacional de Justiça*

único)<sup>1</sup>, diferentemente do que restou explicitamente registrado no voto condutor do veredito proferido no PP 759. Ou seja, a norma abstrata, inspirada em julgamento de caso concreto, extrapolou a linha de entendimento neste esposada.

Trocando em miúdos, permitia a norma revogada que qualquer juiz recebesse indenização de férias ainda que o seu não gozo tivesse decorrido de reles desinteresse seu, exilando uma das premissas fático-jurídicas primordiais assentadas no acórdão pioneiro: a submissão da hipótese indenizatória a situação de imperiosa necessidade de serviço.

Conciliadas as posições do Conselho Nacional de Justiça, em sua jurisprudência recente, resta agora debruçar, de modo mais abrangente, sobre o problema não da indenização das férias de magistrados, mas da gestão de sua fruição. Afinal, é na má qualidade de tal gestão – má qualidade por dificuldades justificáveis ou por desorganização ou por apego a costumes administrativos arraigados – que se origina boa parte dos cenários fomentadores de hipóteses de conversão pecuniária das férias de juízes.

Logo, em sendo o Conselho Nacional de Justiça, prioritariamente, órgão de formulação de políticas e diretrizes nacionais para a Administração Pública no âmbito do Poder Judiciário, seria incompleta qualquer análise do problema que não passasse pela avaliação e conformação das atividades de planejamento e gerenciamento das férias dos magistrados pelos tribunais.

O quadro, obviamente, tornou-se mais delicado com a saudável abolição das férias coletivas nos órgãos de primeiro e segundo grau de jurisdição (CF, art. 93, XII): a necessidade de continuidade da atividade jurisdicional inibiu a possibilidade de concentração dos períodos de fruição nos meses de janeiro e julho (embora não se desconheça, empiricamente, que o problema do acúmulo das férias já rondava o Judiciário nacional antes da inovação constitucional).

---

<sup>1</sup> “Os períodos de férias acumulados até a data de publicação desta resolução ficam reconhecidos como não gozados por imperiosa necessidade de serviço, passíveis de conversão em pecúnia na medida da disponibilidade orçamentária e financeira dos Tribunais.” Texto muito similar era encontrado no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 23/2006, que omitia apenas a limitação orçamentária e financeira das cortes.





## *Conselho Nacional de Justiça*

A questão que se põe, pragmaticamente, é: as férias de 60 dias são realmente necessárias? Não nutro dúvida quanto à sua imprescindibilidade e – tenho certeza – esta opinião é compartilhada por toda magistratura nacional, a começar pelo Ministro GILMAR MENDES, que reiterou opinião neste sentido durante sua sabatina no Senado Federal, dentro do *iter* procedimental constitucional para sua nomeação para o cargo de Presidente deste Conselho, ao ser indagado pelo Senador EDUARDO SUPLICY, autor de proposição legislativa para redução da vantagem. A sabedoria da conquista, no século XIX, dos direitos sociais, incluindo as férias, não pode ser desprezada nem tampouco a existência de um regime especial para algumas carreiras de Estado, pelo esforço exigido e pelo alto nível de estresse que suas atividades geram.

Tem-se estudado intensamente, no âmbito da ciência da administração e dos recursos humanos, sobre a capacidade humana de produzir com qualidade. Tanto melhor será a produtividade quanto mais o homem puder intercalar atividades diferentes na sua vida quotidiana, variá-las, de forma que a interrupção da atividade principal passe a ser absolutamente necessária para a saúde mental e física do homem. Com isso, conclui-se que, mesmo que não seja de sua vontade, ou que haja necessidade institucional premente, deve o homem interromper o curso de seu trabalho para que possa a ele retornar renovado, mais disposto e, quem sabe, mais criativo.<sup>2</sup> A regra, portanto, da fruição das férias deve ser mantida em sua máxima extensão, para a própria saúde e higiene mental dos magistrados.

Nesta perspectiva, se as férias com duração anual dilatada são imprescindíveis para os magistrados, é no mínimo contraditório banalizar a hipótese de indenização das férias não fruídas. Uma coisa é negar a fruição em casos onde a presença do magistrado beneficiário seja absolutamente imprescindível, como se dá nos períodos de exercício de cargos diretivos (Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria dos tribunais) ou nas fases críticas do processo eleitoral.

Todavia, na esteira das ponderações dos Conselheiros **MAIRAN MAIA** e **ALTINO PEDROZO** discrepantes, no ponto, do voto divergente inaugurado pelo Conselheiro **JOSÉ ADONIS**, a constatação de inevitabilidade da acumulação de férias sem gozo em situações esporádicas e excepcionais não deve conduzir

---

<sup>2</sup> MASI, Domenico de. *O ócio criativo*. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.



## *Conselho Nacional de Justiça*

à conclusão no sentido da perda do direito às férias, sugerida pelo Tribunal de Contas da União, em interpretação literal e isolada do disposto no § 1º do art. 67 da LOMAN (acumulação de mais de dois períodos vencidos sem fruição), mas, sim, pela simples postergação para momento oportuno (após o fim do mandato nos cargos diretivos dos tribunais, durante as "entressafras" do processo eleitoral ou após o desligamento das funções eleitorais exercidas por juiz de direito ou federal), ficando a indenização para os casos extremos de impossibilidade material de fruição de tal benefício precioso (aposentadoria compulsória, por invalidez ou voluntária, morte, exoneração ou perda do cargo por condenação judicial).

Para viabilizar a fruição das férias, no entanto, é preciso profunda mudança nos hábitos administrativos dos tribunais. É muito bom quando se podem conciliar os interesses pessoais do magistrado com os interesses maiores da Administração dos tribunais, mas, no impasse, não pode haver alternativa possível que não seja a de privilegiar o interesse da Administração.

Assim, cabe a cada tribunal gerenciar o agendamento das férias dos magistrados, mediante critérios objetivos (a precedência do direito de opção da época pela antiguidade na carreira parece ser uma prática disseminada e que não gera maiores distúrbios), abrindo prazo, com razoável antecedência, para que cada magistrado indique suas épocas preferenciais, devendo as cortes, especialmente naqueles casos de quadros mais exíguos de juízes, estipular os termos iniciais e finais possíveis dos lapsos temporais de gozo (módulos de 30 dias), o que certamente permitirá que haja o menor número imaginável de conflitos. E, onde surgir impasse, pela existência de concorrentes ao mesmo período em número comprometedor da continuidade da prestação jurisdicional, deve a Administração determinar os períodos de fruição dos magistrados preteridos, ainda que contra sua vontade, que há, insisto, de ceder diante do interesse legítimo da Administração em manter regular a situação de fruição dos descansos legais de seus juízes, evitando assim a criação de estoques artificiais de férias sem gozo.

Se é realmente defensável, como se assinalou aqui e em todos os votos já proferidos, o direito às férias de 60 dias, não há situação dramática, como aquela relatada pela Presidência do tribunal de maior movimentação forense do país - TJ-SP, que justifique a imolação do direito de fruição das



## *Conselho Nacional de Justiça*

férias dos magistrados. Se insuficiente o número de substitutos (no segundo grau a substituição só é cogitável por ausências superiores a 30 dias, conforme reza o art. 118 da LOMAN), cabe a cada magistrado, em comum acordo com seu tribunal, programar as atividades da Vara ou Juizado a seu cargo para os períodos em que estará ausente. Em suma, sensatez, criatividade e responsabilidade – dotes constantes na magistratura nacional – bastarão para contornar eventuais situações de maior delicadeza.

Parece urgente que os tribunais, enfim, se organizem frente ao fenômeno que o Ministro **GILMAR MENDES** denominou de “fracasso do sucesso”, ao referir-se aos 45 milhões de processos que tramitam em todas as instâncias da justiça brasileira. Referia-se o ministro à dramática transformação da queixa que se fazia sobre o acesso à justiça no início dos anos 90 e a queixa atual: “As pessoas não iam à Justiça porque não acreditavam. Aí passaram a acreditar e a Justiça não dá respostas por falta de estrutura”, pondera o jurista<sup>3</sup>.

Quanto à polêmica conversibilidade pecuniária das férias não gozadas, é importante realçar, por tudo quanto já se disse até aqui, que tal hipótese não pode nem deve ser tratada como direito corriqueiro da magistratura nacional. Eventual banalização de tal indenização, pela invariável e geral consideração de situações superficiais ou artificiais de necessidade da continuidade dos serviços jurisdicionais, certamente converteria tal importante prerrogativa – rara entre os agentes do Estado na atualidade (férias anuais de 60 dias) – em reles meio de incremento de ganhos da magistratura, driblando as limitações constitucionais trazidas com a introdução da remuneração por subsídios e legitimando o discurso voltado à redução do tempo de gozo para os usuais 30 dias na LOMAN ora em gestação. Estaríamos diante de um típico desvio de finalidade em caráter continuado.

Não chego ao ponto de concluir pela ilicitude ou, como prefere dizer o ilustre Conselheiro **JOSÉ ADONIS**, pela ilegalidade da conversão pecuniária das férias não gozadas. Fosse ilegal, seria insustentável a possibilidade, incontroversa, de percepção de indenização de férias não fruídas por magistrados aposentados (ainda que paire a dúvida

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.cwaclipping.com.br/jornal/abril/120408/cp16.pdf>. Acesso em 4 de agosto de 2008.



## *Conselho Nacional de Justiça*

quanto ao número de períodos indenizável, especialmente por precedente recente oriundo do TCU).

Doutra banda os precedentes do Supremo Tribunal Federal não se amoldam confortavelmente ao caso em tela: nos julgados invocados questionava-se a extensão ou criação de benefício inexistente na LOMAN (auxílio-alimentação, por exemplo); no caso que examinamos neste processo, cogita-se apenas da reparação pecuniária de benefício existente na LOMAN não desfrutado pelo interessado por óbice imposto pela Administração dos tribunais. Portanto, a comparação não soa adequada.

Assim, evoluindo para um posicionamento radicalmente favorável à garantia de gozo das férias, ainda que para além do limite de dois períodos apontado no texto do § 1º do art. 67 da LOMAN, abandonando minha posição original no sentido da possibilidade da conversão em pecúnia das férias dos magistrados que não fossem fruídas, em âmbito bem mais amplo, acabei por construir novo entendimento que se situa em posto intermediário em relação às posições de apoio e de antagonismo lançadas nos votos que se seguiram à minha manifestação inicial.

Encerrando o raciocínio desenvolvido para se dar resposta às três indagações formuladas, é preciso anotar que seria chegar a um resultado frustrante tentar formular uma regra geral que pudesse abarcar as diferentes situações concretas enfrentadas pelos tribunais todos os dias. Cada situação possui peculiaridades tão relevantes que a feitura de uma regra geral e abstrata pode agasalar situações díspares e incompatíveis. Assim, para evitar tratamentos discriminatórios e medidas contrastantes com a linha institucional de defesa da efetividade da fruição das férias de 60 dias, parte-se para admitir a indenização apenas em caráter excepcionalíssimo onde o magistrado tenha concluído sua trajetória no Judiciário sem poder, por culpa exclusiva de inadiável e infungível necessidade de seus serviços, fruir todas as férias cujo direito haja conquistado.

Assim, respondo às indagações formuladas na presente consulta:

**1º. Pela boa fé dos beneficiários, não estão eles obrigados a restituir o que hajam recebido a título de indenização de férias não gozadas, tendo o pagamento ocorrido**



## *Conselho Nacional de Justiça*

no interregno entre a publicação da Resolução nº 25/CNJ e a publicação da Resolução nº 27/CNJ;

2º. Não há direito adquirido à indenização de férias requeridas, mas não ressarcidas, durante a vigência da Resolução nº 25/CNJ, e

3º. Os tribunais devem elaborar e executar plano administrativo de concessão e fruição de férias, por meio de critérios objetivos e equitativos, privilegiando a concessão das férias de períodos mais remotos e, dentre juízes com o mesmo número de férias, a antiguidade na carreira, determinando, nos impasses, as épocas de fruição segundo o interesse da Administração, reservando-se a conversão pecuniária das férias para aquelas situações excepcionais de impossibilidade material absoluta de gozo, assim caracterizada quando o magistrado deixe, por qualquer motivo, de integrar o quadro de magistrados ativos de seu tribunal.

### (III) CONCLUSÃO

ISTO POSTO, **conheço** da consulta para respondê-la negativamente, nos estritos termos da fundamentação acima lançada.

**Intime-se o consulente.**

Pelo relevo da matéria e pelo caráter vinculante e abrangente da resposta dada, **publique-se** o inteiro teor do Acórdão e **remeta-se** cópia dele a todos os tribunais do país.

É como voto.

Brasília, 26 de agosto de 2008.



*Conselho Nacional de Justiça*

A large, stylized handwritten signature in blue ink, which appears to be 'Antonio Umberto de Souza Júnior', written over a small, faded version of the Brazilian coat of arms.

**Antonio Umberto de Souza Júnior**  
Conselheiro Relator